

Começa a farsa judicial contra os 11 processados do 25 de Abril de 2007

No passado dia 7 de Dezembro, num tribunal completamente ocupado pela polícia, começou o julgamento das onze pessoas detidas na “manifestação anti-autoritária contra o capitalismo e o fascismo” de 25 de Abril de 2007. Estas onze pessoas são acusadas de “agressões, injúrias agravadas e desobediência civil” e podem ser condenadas a penas entre os 6 meses e os 5 anos de prisão.

A primeira sessão do julgamento realizou-se no dia 7 de Dezembro pela manhã, no entanto serviu quase só para que o juiz adiasse o julgamento para 22 de Janeiro devido a uma falha do tribunal nas notificações aos acusados. Também foram marcadas as sessões para a audição dos arguidos e das testemunhas, que se prolongarão pelos próximos quatro meses.

Incrivelmente, o Campus de Justiça de Lisboa foi completamente ocupado por polícias de uniforme e à paisana, numa gigantesca operação destinada a intimidar os arguidos e a dissuadir qualquer forma de protesto. Funcionários do Tribunal tentaram impedir ilegalmente o acesso a quem queria assistir ao julgamento e, nas proximidades do Tribunal, os transeuntes eram identificados e revistados. Apesar deste aparato policial, 30 bravos companheiros concentraram-se com uma faixa em frente do campus judicial, situado no meio de um complexo comercial, numa das zonas mais ricas de Lisboa.

Devemos sublinhar que, apesar da campanha contra os “anarco-radicalis” que a polícia empreendeu na imprensa nos últimos dois anos, com episódios repugnantes de exposição e difamação dos processados, nem um só representante da imprensa burguesa compareceu para fazer a

reportagem do julgamento. O tribunal mediático já ditou a sua sentença, agora há que consumir a farsa judicial em segredo...

Porque estamos totalmente solidários com as motivações e conteúdo da manifestação anti-autoritária de 25 de Abril de 2007 e porque qualquer um de nós podia ser processado neste julgamento, fazemos um apelo à solidariedade contra esta farsa judicial que terá lugar no Campus de Justiça do Parque das Nações em Lisboa ao longo dos próximos meses.

A origem deste processo remonta à repressão policial da manifestação anti-autoritária de 25 de Abril de 2007. Pode-se obter mais informação no jornal *Anarco-Sindicalista* nº1 (editado em Novembro pela AIT-SP e pela CNT-Galiza) ou nos links seguintes:

+ Solidariedade com as 11 pessoas detidas na manifestação anti-autoritária contra o fascismo e o capitalismo de 25 de Abril de 2007: <http://ait-sp.blogspot.com/2009/10/solidariedade-com-as-11-pessoas-detidas.html>

+ 25 de Abril de 2007: Solidariedade contra a farsa judicial montada em torno das onze pessoas que vão a julgamento dia 7 de Dezembro: http://redelibertaria.blogspot.com/2009/10/25-de-abril-de-2007_6183.html

Outros episódios recentes de repressão:

Processo do SEF-Porto contra activistas sociais

No Porto, quatro activistas sociais membros de duas associações de imigrantes, a ESSALAM e a AACILUS, e de duas associações que apoiam imigrantes, a Terra Viva e a Musas, enfrentam um processo por difamação movido pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

O caso reporta-se a Junho de 2006, quando estas associações e outras convocaram uma conferência de imprensa e uma manifestação de luto, endossando aos serviços do Porto do SEF a “responsabilidade moral” pelo suicídio do trabalhador imigrante Ahmid Hussein, a viver havia cinco anos em Portugal, em estado de depressão depois de ver o seu pedido de autorização de residência recusado naqueles serviços por não perfazer o rendimento mínimo anual exigido (então, cerca de 5 400 euros).

O julgamento, inicialmente marcado para Dezembro de 2008, foi adiado uma vez que o processo foi transferido de instância cível para criminal, sendo a acusação alterada de “difamação agravada” para “difamação grave com divulgação nos meios de comunicação social”, agravando-se a possível sentença: de dois a oito anos de prisão.

PJ apreende computador em busca de autores do blog Rede Libertária

Em Setembro de 2009, em Lisboa, um computador foi apreendido pela Polícia Judiciária e uma pessoa foi constituída arguida num processo por “difamação e incitação à violência” por, alegadamente, ter colocado um cartaz alusivo aos assassinatos policiais no blog Rede Libertária.

A pessoa em causa, totalmente exterior ao projecto da Rede Libertária e possuidora de uma rede de Internet aberta e acessível a alguma distância da sua casa, viu-se involuntariamente envolvida numa tentativa pidesca para silenciar um meio de informação incómodo para o poder.

Link do cartaz em causa: redelibertaria.blogspot.com/2009/01/blog-post.html

Locais de venda do Boletim:

Almada
Centro de Cultura Libertária
Rua Cândido dos Reis, 121, 1º Dto – Cacilhas
(horário: sábados das 16h às 20h)

Lisboa
Livraria Letra Livre
Calçada do Combro, 139
(horário: 2ª a sábado, das 10h às 20h)

Porto
Sindicato de Ofícios Vários – AIT-SP Porto
Terra Viva
Rua dos Caldeireiros, 213 (à Cordoaria)
(horário: 5ª das 19h às 22h)
Livraria Gato Vadio
Rua do Rosário, 281
(horário: tarde - 5ª a domingo das 15h às 19h30;
noite - 3ª a domingo das 19h à 1h)



Assina o Boletim Anarco-Sindicalista!

Assinatura:

Seis números por 5 euros
(custos de envio incluídos)

Modo de pagamento:

Enviar cheque ou vale postal à ordem de “AIT - Secção Portuguesa” para:
Apartado 50029 / 1701-001 Lisboa

Distribui o Boletim Anarco-Sindicalista na tua zona!

Procuramos quem possa fazer chegar o Boletim a mais gente interessada...

Contacta-nos!

Toda a correspondência para o Boletim Anarco-Sindicalista deve ser enviada para:

Apartado 50029 / 1701 - 001 Lisboa / Portugal
E-mail: aitport@yahoo.com

Boletim Anarco-Sindicalista

«Nós transportamos nos nossos corações um mundo novo» – Durruti

Publicação trimestral da Associação Internacional d@s Trabalhador@s - Secção Portuguesa

Contra quem nos explora e tenta dividir! Contra toda a opressão!



Começa a farsa judicial contra os 11 processados do 25 de Abril de 2007

No passado dia 7 de Dezembro, num tribunal completamente ocupado pela polícia, começou o julgamento das onze pessoas detidas na “manifestação anti-autoritária contra o capitalismo e o fascismo” de 25 de Abril de 2007. Estas onze pessoas são acusadas de “agressões, injúrias agravadas e desobediência civil” e podem ser condenadas a penas entre os 6 meses e os 5 anos de prisão.

(página 12)

Contra a ilegalização da FAU-Berlim: Solidariedade sem fronteiras!



(página 9)

De olhos postos na Grécia

A 24 de Fevereiro, os sindicatos gregos declararam a greve geral. Não se trata propriamente de combater o programa de austeridade do Governo, mas antes de mostrar serviço perante uma classe trabalhadora exasperada e que, se não vir uma resposta às medidas do Governo da parte dos sindicatos oficiais, passará a considerá-los inúteis.

(página 5)

Julgamento dos anarquistas de Belgrado Os seis companheiros foram libertados!

(página 10)

Constituição do Sindicato de Ofícios Vários da AIT-SP no Porto

A partir do núcleo portuense da AIT-Secção Portuguesa, foi constituído o Sindicato de Ofícios Vários da AIT-SP no Porto, uma iniciativa sindical feita por trabalhadores, sem funcionários sindicais, onde as decisões são tomadas nas assembleias de afiliados, um sindicato anticapitalista, de acção directa e de luta social: um sindicato anarco-sindicalista!

(comunicado do SOV na página 3)

Contra o despejo do CCL!

O Centro de Cultura Libertária, espaço anarquista existente há 35 anos em Cacilhas, encontra-se ameaçado de despejo pelo proprietário.

O CCL é um dos raros locais anarquistas que se mantém em Portugal, único pela sua longevidade e pelo papel de preservação da memória histórica libertária que desempenha, mas também pela ligação afectiva que gerou em várias gerações de anarquistas, que nele encontraram um espaço de aprendizagem, de experimentação e divulgação das suas ideias.

(página 3)

XXIV Congresso da AIT em Porto Alegre – Brasil

O XXIV Congresso da AIT realizou-se nos dias 4, 5 e 6 de Dezembro de 2009 na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, com a presença de praticamente todas as secções da AIT, incluindo a portuguesa. A organização do Congresso ficou a cargo da COB (Confederação Operária Brasileira) e podemos afirmar que decorreu num bom clima de amizade e companheirismo, numa boa experiência de auto-gestão e solidariedade mútua.

(página 10)





Vila do Conde – Os trabalhadores da ex-Maconde lutam pelo pagamento dos salários em atraso

Os 394 trabalhadores da *Macvila* e *Mactrading* (ex-Maconde) exigiram o pagamento dos ordenados em falta (metade do subsídio de Natal e o ordenado de Dezembro), entrando em greve e manifestando-se à porta da fábrica e frente à Câmara de Vila do Conde no dia 29 de Janeiro. Em Fevereiro, já com o ordenado de Janeiro também por receber, voltaram a entrar em greve entre 11 e 15 desse mês.

S. João da Madeira – 185 trabalhadores da Oliva com salários em atraso e à beira do desemprego

A metalúrgica *Oliva*, do Grupo Suberus, entrou em processo de insolvência em Setembro passado e, desde então, acaba por pagar os salários mensais sistematicamente em atraso, após os trabalhadores entrarem em greve ou ameaçarem fazê-lo. Em 8 de Fevereiro, dia em que foi anunciada a paragem total da produção, os seus 185 trabalhadores ainda não tinham recebido metade do salário de Janeiro e os subsídios de Natal de 2008 e 2009. Como forma de luta, os trabalhadores decidiram concentrar-se dois dias por semana (3as. e 5as.), durante a manhã, à porta da empresa. Porém, os clientes da Oliva estão já a retirar os moldes das suas peças (caso da Grundig) para desviar as encomendas para outras empresas, tornando-se claro que a única maneira de tentar evitar o encerramento definitivo da fábrica seria impedir a saída de todo e qualquer equipamento...

Sta. Maria da Feira – A Rodhe planeia despedir a maioria (ou a totalidade) dos seus trabalhadores

A *Rodhe*, a maior empregadora da indústria do calçado em Portugal, de Santa Maria da Feira, apresenta agora novo “plano de viabilização” que prevê manter apenas 150 dos seus 984 trabalhadores, e mesmo esses 150 a “recibo verde”. Desde 2008 que a Rodhe aplicou sucessivas suspensões de trabalho (*lay-off*) e, em 12 de Novembro, apresentou o primeiro “plano”, que previa o despedimento de

metade dos trabalhadores e o pagamento de parte das indemnizações a que teriam direito, segundo o valor de venda de património da empresa. Agora que o novo “plano” prevê despedir muito mais trabalhadores, se não a totalidade, para Cristina Moreira, delegada sindical, este “plano” é inaceitável, mas “ainda se fosse meio por meio...”. É bem claro que a posição defensiva do “do mal o menos” apenas conduz, passo a passo, à derrota total dos trabalhadores – de facto, a única posição que pode resultar na salvaguarda da já débil situação de quem trabalha é a recusa liminar de todo e qualquer despedimento e a mentalização, desde o início, para a necessidade de recorrer a formas de luta mais eficazes (como é o caso da sabotagem ou da greve com ocupação) e à solidariedade entre os trabalhadores.

Viana do Castelo – A Leoni anuncia fecho e despedimento de 599 trabalhadores, a Regency entra em insolvência e despede 174 trabalhadores

A *Leoni*, fábrica de cablagens do sector automóvel sedeada em Neiva, Viana do Castelo, anunciou o fecho definitivo da empresa durante este ano. Depois de já ter despedido 120 trabalhadores em meados de 2009, prepara-se para lançar no desemprego, a partir de Março, os restantes 599 trabalhadores, sem que se preveja qualquer esboço de reacção por parte destes, que se debruçam agora sobre a proposta de indemnizações da empresa.

A *Regency*, fábrica têxtil de Vilarelho, Caminha, Viana do Castelo, e principal empregadora de todo o concelho de Caminha, entrou em insolvência em Dezembro passado, despedindo os seus 174 trabalhadores, que recorreram ao desemprego e se arriscam a não receber as indemnizações a que têm direito, pois apenas serão pagos com o eventual resultado da venda de património da empresa. Os variadíssimos expedientes legais ao dispor das empresas (*lay-off*, insolvência, etc) acabam sempre por resultar em prejuízo dos trabalhadores. No caso da insolvência da Regency, que faz parte da multinacional Raynolds, a empresa fica desobrigada de pagar as indemnizações aos seus trabalhadores até que os tribunais, com a participação dos trabalhadores enquanto “credores”, decidam o que fazer com a empresa: ou “viabilizá-la”, isto é, reorganizá-la à custa dos seus trabalhadores, actuais ou futuros, ou declará-la falida, com a nomeação dum administrador da falência, sendo do conhecimento público que à custa das falências se fazem não raras vezes chorudos negócios na hora da avaliação e distribuição da chamada massa falida.

Na prática, a aceitação dos preceitos legais definidos no “Código do Trabalho”, em lugar da utilização das armas específicas da luta no terreno social, como a greve e a ocupação do local de trabalho, redundam sempre, garantidamente, na

derrota, imediata ou a prazo, dos trabalhadores, face ao patronato.

Ovar – 20 trabalhadores da SoukShoes no desemprego: encontraram a fábrica encerrada ao regressar de férias

20 trabalhadores da *SoukShoes*, fábrica de calçado de São Vicente de Pereira, Ovar, ao voltarem das férias de Natal depararam com a fábrica encerrada. Segundo apuraram, os outros 20 trabalhadores da empresa foram levados pelo patrão para outras instalações, bem como maquinaria diversa, tendo a fábrica encetado um processo de insolvência. Trata-se de mais um caso de encerramento fraudulento dum empresa, que recorre ao expediente de fecho puro e simples, de falência ou de insolvência para reabrir com outro nome e os mesmos ou outros trabalhadores, por vezes até no mesmo local onde laborava antes.

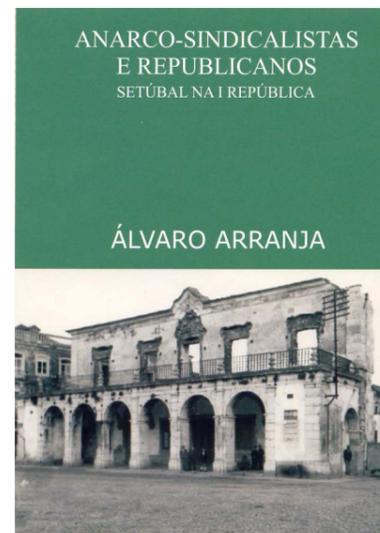
Sto. Tirso – A Flor do Campo, a Tomás Coelho e a Bracara fecham ou despedem, com salários em atraso

A *Flor do Campo*, fábrica têxtil de fiação, tecelagem e acabamentos, de S. Martinho do Campo, Santo Tirso, continua parada desde 2006 e, desde então, os seus 400 trabalhadores nunca viram pagos os ordenados que em Março desse ano já tinham 3 meses de atraso. Ao longo destes anos recusaram as três “soluções” apresentadas, apadrinhadas pela Segurança Social, que é a maior credora da fábrica: a desistência de 85%, 80% e agora 70% dos valores que deveriam receber, e mesmo assim o reembolso seria feito em 10 anos – para a grande maioria, seria um reembolso entre 2 ou 3 euros e 10 euros mensais. A última proposta de plano de insolvência foi mesmo aprovada em assembleia de credores e a dívida, truncada para 30% dos valores efectivamente em falta, começará a ser paga em 2011. Toda esta evolução não surpreende, dado o facto de a Segurança Social ser detentora dum hipoteca sobre vários imóveis da *Flor do Campo* e agir como uma vulgar empresa, defendendo os seus interesses próprios em todo este caso...

A têxtil *Tomás Coelho Unipessoal*, de Vilarinho, Santo Tirso, encerrou em finais do ano passado, também com os salários de Novembro por pagar, atirando com os seus 40 trabalhadores para o desemprego.

A *Bracara*, empresa exportadora de confecções, de Burgães, Santo Tirso, em situação de insolvência desde fins de Outubro, despediu no mês seguinte 39 trabalhadores, aos quais já devia dois meses de salários. Quanto aos trabalhadores, limitam-se a aguardar pelo desfecho da assembleia de credores, prevista para o mês de Fevereiro.

Anarco-Sindicalistas e Republicanos - Setúbal na I República



(foto na capa: edifício da Câmara Municipal de Setúbal, destruído pelo povo em 4 de Outubro de 1910, durante a revolução republicana)

O livro *Anarco-Sindicalistas e Republicanos – Setúbal na I República* de Álvaro Arranja, professor de História na mesma região, parece ser um dos inúmeros trabalhos editados na sequência das comemorações do centenário da República. Não será pertinente discutir aqui o sentido dessas comemorações, a importância de determinadas efemérides que ao invés de constituírem momentos de problematização da própria História, parecem antes deter-se à superfície da mesma. Acrescem, pois, à glorificação acrítica de certos ventos que poderiam, neste caso, ter sido de mudança.

Não obstante, o livro editado pelo Centro de Estudos Bocageanos, pensa a relação entre o operariado setubalense marcadamente anarco-sindicalista e o contexto sociopolítico português, desde os finais do século XIX, até ao período em que se dá a fascização dos sindicatos e se anunciam os longos anos de ditadura, já na década de 1930.

Durante este período, diversos factores vão alterar profundamente a situação económica e social da cidade. Essa mudança de paradigma tem que ver, necessariamente, com a Revolução Industrial, com a transformação da oficina em fábrica em que os meios de produção e a força de trabalho pertencem a grupos sociais distintos. Este enquadramento é feito pelo autor que nos informa sobre o aumento significativo da densidade populacional em Setúbal devido à forte implementação da indústria, sobre as principais actividades económicas da localidade e da forma associada como o operariado setubalense vai tentar lutar contra a situação de carestia imposta pela produção capitalista. Esta vertente informativa que, ao longo do livro vai ganhando contornos mais específicos pelo relato de situações particulares de luta levadas a cabo pelos operários de Setúbal, parece-me a mais-valia deste trabalho de Álvaro Arranja. Contudo, fá-lo de forma bastante simplificada ocultando aspectos importantes sobre o anarco-sindicalismo.

Entre outros aspectos a referir adiante, parece-me que a definição de anarco-sindicalismo começa por ser muito sumária, sem a preocupação em esclarecer o leitor

relativamente aos seus princípios e objectivos ou mesmo algumas referências históricas, aspectos estes que não vão ganhar outro tipo de esclarecimento ao longo do livro.

Álvaro Arranja apoia-se, em termos documentais, na imprensa local da época para poder fazer um enquadramento da situação político-social de Setúbal (durante o referido tempo histórico), muito embora, acabe por não confrontar aspectos que seriam diferentes entre cada discurso apresentado. O leitor acaba por não ficar esclarecido relativamente ao que seria distinto entre *O Germinal*, jornal de matriz anarco-sindicalista e os que se enquadravam à esquerda, como são exemplo *O Trabalho* ou *O Setubalense*.

Percebemos que há uma radicalização do discurso e da prática relativamente à Monarquia e posteriormente durante a República de grande parte dos trabalhadores por se reverem no sindicalismo anarquista, e é nesta medida que não se percebe a pouca importância que o autor parece atribuir às referidas fontes. Não percebemos, por outro lado, de que forma o operariado anarco-sindicalista dos anos pós-tumos à República se posiciona relativamente a outras tendências no seio do sindicalismo à época, como a socialista, se essa relação é de proximidade ou afastamento. Na verdade, o autor coloca no mesmo plano, no plano colectivo ou ideologicamente indefinido, todas as tendências político-sociais anteriores e pós-tumas à Monarquia.

Se é verdade que a luta levada a cabo no sentido de destronar a Monarquia pode ter unido forças sociais diferentes num mesmo momento, após a implantação da República, não é menos verdade que nenhum partido político a par com o tipo de sindicalismo a este associado, é já credível aos olhos do operariado, uma vez que, os problemas relativamente à sua condição permanecem com ou sem República, em prol de um sistema capitalista que toda a burguesia defende.

O afastamento do operariado no que diz respeito ao poder político é já anterior até mesmo à implantação da República através das associações de classe que posteriormente vão dar origem aos sindicatos. Nesta medida a cisão que Arranja sublinha no livro entre o operariado e a República é anterior à mesma, muito embora a sua implantação tenha tido o apoio de larga facção operária. Os exemplos que vêm também descritos neste livro são disso confirmação: a forte tradição associativa na forma mutualista e corporativa como os trabalhadores tentavam proteger a sua condição ou mesmo a primeira greve geral da república em 1911 que tem lugar em Setúbal. Explica pouco a importância destas associações para a construção de laços de solidariedade, apoio e luta entre os operários. O facto de se organizarem de forma assembleária onde se aboliam as hierarquias sociais e profissionais, nas associações de classe, quer em experiências na construção de cooperativas de produção ou mesmo no que se refere à edificação de escolas livres. Menciona de forma abreviada, o livro, a Escola Livre da Associação dos Marítimos, organizada pela Associação de Classe dos Marítimos. Por sinal, onde leccionou Martins dos Santos, fundador de *O Germinal*, que na altura seria o principal órgão sindicalista local.

O autor refere o abstencionismo do operariado e como esse desinteresse pelas eleições levou ao fim da democracia republicana, no sentido em que, nas eleições que se realizavam durante a República, a transferência de poder não encontrava uma oposição política... *Setúbal é um exemplo perfeito desta dicotomia que irá minar o regime republicano. De um lado, na esquerda republicana, um Partido Democrático incapaz de estender as mãos aos anseios do operariado ... do outro lado, um movimento operário marginalizado pelas instituições políticas republicanas, que não tem outra alternativa senão permanecer intransigente aos seus princípios ... hoje sabemos qual o trágico fim deste drama... a ditadura dos interesses económicos...* (pág. 101)

Álvaro Arranja não relaciona o apoliticismo anarquista com uma ideia mais vasta, a ideia de que a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores – soldados, mulheres das fábricas de conserva, marítimos, corticeiros, carregadores de sal – e a da prática de um comunismo anarquista porque antiestatal e antiautoritário. Pelo contrário, o historiador, para cúmulo, conclui que o abstencionismo político das classes trabalhadoras pode ter estado na origem da implementação da ditadura que se seguiu, na medida em que, contribui significativamente para *minar* a ideia de democracia republicana ao boicotar o acto eleitoral mesmo quando existem partidos políticos pretensamente mais ligados ao operariado (o Governo da Esquerda Democrática de José Domingues dos Santos de 1924/25, o único, segundo Arranja, que teria, de facto, uma base popular por ser apoiado pela CGT, pelo Partido Socialista e pelo jovem Partido Comunista). Parece reportar-se aos actuais partidos de esquerda que representam os trabalhadores e controlam os sindicatos integrando-os perfeitamente no sistema vigente e, com isso, estrangulando qualquer tentativa de revolta que ponha esse mesmo sistema em causa (outras conclusões igualmente terríveis se impõem quando pensamos os partidos da esquerda actuais, reflexão necessária mas fora já do âmbito deste texto).

O 18 de Janeiro de 1934 constitui o exemplo cabal da tentativa de derrube do Estado Novo através de uma greve geral revolucionária por parte dos sindicatos livres, aspecto que marca bem a forma como estes se opunham à fascização da sociedade e que sem partidos se organizaram uma vez mais, ao nível nacional, sabendo que tipo de repressão os esperava em caso de não serem bem sucedidos.

O que é facto é que ... *uma cidade com um importante movimento operário organizado...* (pág. 98), vai manter-se fiel às suas próprias organizações que se querem apolíticas e anticapitalistas como forma de desprezo relativamente ao próprio Estado que explora, reprime a revolta como forma de defesa de interesses económicos.

Essa tradição encontra-se, actualmente, completamente destruída pelas manigâncias do capitalismo avançado mas principalmente pelo processo de institucionalização dos sindicatos pelas forças da esquerda.

Começou o julgamento dos anarquistas de Belgrado: Os seis companheiros foram libertados!

No dia 17 de Fevereiro, teve início o julgamento dos seis anarquistas de Belgrado detidos desde Setembro passado. As acusações de “terrorismo internacional” – punível com penas até 15 anos de prisão – foram retiradas e serão substituídas por outras de menor gravidade, na próxima sessão a realizar no dia 23 de Março. Foi determinada a libertação sob fiança dos companheiros, após mais de 5 meses de prisão. Dentro e fora do tribunal, várias centenas de pessoas manifestaram a sua solidariedade, tendo sido detidos dois companheiros por mostrarem cartazes de solidariedade. Ivan Savic, um dos companheiros processados, revelou ter sido torturado na prisão e forçado a assinar uma confissão.

Tadej Kurepa, Ivan Vulović, Sanja Dojkic, Ratibor Trivunac, Ivan Savic e Nikola Mitrovic – membros e colaboradores da ASI (Iniciativa Anarco-Sindicalista – secção da AIT na Sérvia) – foram detidos no início de Setembro de 2009 e acusados de atirar um cocktail molotov contra a Embaixada da Grécia em Belgrado, em solidariedade com a luta pela libertação do anarquista grego Theodoros Iliopoulos.

Desde então desenvolveu-se um movimento de solidariedade que realizou protestos em mais de 25 países. Vários sectores críticos da sociedade sérvia solidarizaram-se com os anarquistas detidos e condenaram a repressão protagonizada pelo Estado Sérvio, conduzido por forças nacionalistas e pró-fascistas.

No tribunal onde os companheiros começaram a ser julgados na manhã de dia 17 viveu-se um ambiente de grande solidariedade, manifestada por delegações de secções da AIT e por anarquistas de toda a região dos Balcãs que se deslocaram a

Belgrado. Também se verificou uma grande cobertura mediática do julgamento.

Apesar de a sala destinada ao julgamento ser bastante ampla, as autoridades tentaram restringir ao máximo a entrada de companheiros solidários. À entrada da sala da audiência, dois companheiros – um de nacionalidade croata e outro de nacionalidade Sérvia/Austríaca – foram detidos por afixarem um cartaz com a frase “Anarquismo não é terrorismo”. Os detidos permaneceram vários dias na prisão, os seus passaportes foram apreendidos e aguardam agora julgamento por “perturbação da justiça”, sem se poderem ausentar da Sérvia.

Os seis processados prestaram declarações durante mais de sete horas. Por volta das 15.30 ouviu-se um grande alarido vindo de dentro do tribunal. Acabava de ser anunciado que os seis companheiros seriam libertados sob fiança. Mais tarde foram igualmente informados de que as acusações

de “terrorismo” seriam retiradas e substituídas por outras menos graves.

Na sessão pública realizada após a audiência, os companheiros recém-libertados informaram os presentes acerca dos maus-tratos recebidos na prisão. Ivan Savic foi mesmo torturado e forçado a assinar uma confissão.

Apesar da libertação dos companheiros a luta ainda não terminou. É necessário continuar a pressionar o Estado Sérvio até que todas as acusações que pendem sobre os seis anarquistas de Belgrado sejam retiradas.

A próxima sessão do julgamento realiza-se a 23 de Março. Para o próximo 25 de Fevereiro está já agendado um dia de acção internacional em solidariedade com os companheiros sérvios.

Artigo redigido com base em informações recebidas do Secretariado da AIT e da delegação da CNT-AIT (Espanha) ao julgamento de Belgrado (<http://www.cnt.es/node/1784>).

XXIV Congresso da AIT em Porto Alegre

O XXIV Congresso da AIT realizou-se nos dias 4, 5 e 6 de Dezembro de 2009 na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, com a presença de praticamente todas as secções da AIT, incluindo a portuguesa.



A organização do Congresso ficou a cargo da COB (Confederação Operária Brasileira) e podemos afirmar que decorreu num bom clima de amizade e companheirismo, numa boa experiência de auto-gestão e solidariedade mútua. Os companheiros e companheiras brasileiros demonstraram uma grande amizade e consideração pela secção portuguesa e pelo movimento anarco-sindicalista em Portugal, devido a uma história mais próxima em termos linguísticos e pela partilha teórica e de acção directa que protagonistas de ambos os países mantêm desde o princípio do século XIX. O congresso decorreu num espaço amplo pertencente a uma associação cultural de nome Companhia de Arte de

Porto Alegre, localizado no centro da cidade, que alberga diversos grupos e associações de cariz cultural. No dia 3 de Dezembro a recepção aos delegados foi feita com uma sessão de capoeira pelo grupo “Angola”, a que se seguiu uma apresentação individual de todos os presentes, finalizando com um jantar de confraternização em que se aproveitou para nos conhecermos um pouco melhor. Os dias seguintes foram dedicados ao debate e decisões agendadas para o Congresso. No final do primeiro dia há a registar o debate sobre o movimento anarco-sindicalista internacional, que permitiu a partilha de experiências entre @s companheir@s e aprender com as diferentes formas de abordar a luta sindical de cariz anarquista, tendo o debate se centrado (por uma maior facilidade linguística entre as pessoas presentes) nos movimentos em Portugal, Brasil e Espanha. Durante os dias do Congresso esteve ainda em destaque uma exposição retratando o movimento internacional da AIT, em particular no Brasil, cujas raízes já têm mais de 100 anos de existência. No último dia houve a oportunidade de conhecer a sede da COB de Porto Alegre e descobrir nas confraternizações após os debates a vida

AM

Constituição do Sindicato de Ofícios Vários da AIT-SP no Porto

Trabalhadores/as com e sem trabalho, precári@s ou não, da indústria, serviços ou comércio:

As organizações sindicais, “parceiras da concertação social”

-Que se sentam à mesa com patrões e governantes para negociar com eles à porta fechada os nossos interesses nas nossas costas...

-Que têm burocracias e dirigentes profissionais pagos...

-Que hesitam em lutar contra a exploração do patronato e a corrupção dos políticos...

-Que não lutam contra as enormes desigualdades salariais entre gestores e geridos...

-Que são dependentes das organizações partidárias...

-Que favorecem sobretudo as categorias mais bem pagas em vez da maioria mais mal paga...

-Que não unem a luta d@s trabalhadores às d@s desempregad@s e do povo mais carenciado...

NÃO NOS SERVEM!

Organizemo-nos num SINDICATO DE OFÍCIOS VÁRIOS* – de ACÇÃO DIRECTA, de LUTA SOCIAL, ANTICAPITALISTA, autónomo a partidos!

A ACÇÃO DIRECTA é não confiarmos mais nos intermediários e ditos “representantes” que sempre nos cobram em votos, quotas ou “tachos” a sua “representação”, mas decidirmos nós próprios, nas nossas assembleias e organizações que criarmos, AFRONTAMOS DIRETAMENTE o patronato e os seus criados políticos. O BOICOTE, a CONTRA INFORMAÇÃO, a GREVE ESPONTÂNEA, a MANIFESTAÇÃO DE PROTESTO, a OCUPAÇÃO do LOCAL DE TRABALHO – e pô-lo a funcionar em AUTOGESTÃO (COMO VÊM FAZENDO AS OPERÁRIAS DA “AFONSINHO” em Arcos de Valdevez) –, a OCUPAÇÃO dos ESPAÇOS e ORGANISMOS PÚBLICOS, são exemplos de ACÇÃO DIRECTA que vão surtindo mais efeito do que as longas “negociações”... **USÊMO-LA!**

E porque a nossa luta é INTERNACIONAL, é a d@s trabalhadores/as explorad@s de todo o mundo... E

porque NÃO são os nossos irmãos e irmãs imigrantes que nos tiram o trabalho mas SIM as MULTINACIONAIS QUE ENCERRAM EMPRESAS E DESPEDEM GENTE...

-Filia-te no S.O.V.* do Porto e ADERE à AIT.sp (Associação Internacional d@s Trabalhadores – Secção Portuguesa)

-LÊ o “ANARCO-SINDICALISTA” – um jornal conjunto da CNT da Galiza e da AIT portuguesa! (Em quiosques da baixa do Porto e nalgumas livrarias)

UNID@S e ORGANIZAD@S... NÓS DAMOS-LHE\$ A “CRISE”!!!

Porto, 4/01/2010

Contacto:

TERRA VIVA!

Rua dos Caldeireiros, 213 – à Cordoaria (Quintas, das 19 às 22h)

e-mail: <sovaitporto@gmail.com>

site: <http://ait-sp.blogspot.com>

Contra o despejo do Centro de Cultura Libertária

O CCL é um dos raros locais anarquistas que se mantém em Portugal, único pela sua longevidade e pelo papel de preservação da memória histórica libertária que desempenha, mas também pela ligação afectiva que gerou em várias gerações de anarquistas, que nele encontraram um espaço de aprendizagem, de experimentação e divulgação das suas ideias.



O Centro de Cultura Libertária, espaço anarquista existente há 35 anos em Cacilhas, encontra-se ameaçado de despejo pelo proprietário. Após sentença do Tribunal de Almada, emitida no dia 2 de Novembro de 2009, foram dados 20 dias ao CCL para abandonar as suas instalações. O Centro de Cultura Libertária recorreu desta decisão do Tribunal, no passado dia 19 de Novembro, suspendendo a ordem de despejo.

Agora, aguarda-se a decisão do Tribunal sobre o recurso, que pode anular a decisão de despejo, levar a um novo julgamento ou reiterar a sentença já emitida. Não se pode prever qual será a decisão ou quanto tempo esta levará a ser tomada. Sabemos apenas que, caso o recurso seja recusado, teremos dez dias apenas para abandonar o espaço do CCL.

O Centro de Cultura Libertária vive momentos de absoluta incerteza quanto ao seu futuro. Mas uma coisa é certa: faremos

tudo o que estiver ao nosso alcance para dar continuidade ao CCL e para manter o espaço que este ocupa há 35 anos. Para tal precisamos da solidariedade de todos os que se revêm no CCL.

Para já o apoio monetário continua a ser muito importante, já que suportamos custos muito elevados para uma associação que vive apenas das contribuições dos seus associados e simpatizantes. O recurso custou-nos 2.000 euros em honorários do advogado e mais 75 euros da “taxa de justiça”. Em caso de perda do recurso, poderemos ter de pagar as custas judiciais. A salvaguarda do espólio do CCL, em caso de despejo, dará certamente lugar a novas despesas.

A motivação do proprietário do prédio é clara: despejar uma associação que paga uma renda mensal baixa (52,50 euros) e cujo contrato só pode ser rescindido através de uma acção de despejo, abrindo assim o caminho à rentabilização do espaço.

O papel do tribunal também é claro: defender o interesse dos proprietários e a propriedade privada, alicerces essenciais deste sistema baseado na desigualdade e na exploração.

Actualmente, o CCL é um dos raros locais anarquistas que se mantém em Portugal, único pela sua longevidade e pelo papel de preservação da memória histórica libertária que desempenha, mas também pela ligação afectiva que gerou em várias

gerações de anarquistas, que nele encontraram um espaço de aprendizagem, de experimentação e divulgação das suas ideias.

O Centro de Cultura Libertária encarregar-se-á de agir a nível local, procurando a todo o momento, divulgar e estimular a revolta contra uma situação da qual não somos os únicos alvos. Encorajamos todas as formas de solidariedade d@s companheir@s que desejem potenciar a nossa luta noutros lugares.

Saúde e Anarquia!

Centro de Cultura Libertária
23 de Novembro de 2009

Dados da conta bancária do CCL, para donativos:

Titular:
CENTRO DE CULTURA LIBERTÁRIA

Para transferências em Portugal:
NIB: 003501790000215493029

Para transferências do estrangeiro:
IBAN: PT50003501790000215493029
BIC: CGDIPTPL

Contacto:

E-mail: ateneu2000@yahoo.com
Correio: Apartado 40 / 2800-801 Almada / Portugal
Blog: <http://culturalibertaria.blogspot.com>

António Ferreira: uma referência de dignidade na luta contra as prisões

António Ferreira de Jesus, hoje com 69 anos, 45 deles passados nas prisões portuguesas, tem protagonizado uma luta inabalável pela sua dignidade, constituindo hoje uma referência ética e um exemplo de dignidade dentro das prisões para aqueles que não se deixam degradar pelo sistema. Por isso, tem sido vítima de constantes ameaças no seio das prisões por onde tem passado e de medidas arbitrárias de repressão.

António nasceu em 1940, num meio familiar pobre. Desde cedo, não se conformou com a sua situação de pobreza, sendo encarcerado pela primeira vez quando tinha 17 anos. Na prisão, António tornou-se num autodidacta, aproveitando o tempo de reclusão para ler, estudar e tomar maior consciência do mundo à sua volta. Tornou-se opositor do regime fascista que vigorou até 1974, o que lhe mereceu a perseguição da PIDE. Em 1973, promoveu um assalto à prisão-escola de Leiria, onde esteve internado na sua juventude, com o intuito de libertar todos os presos.

António Ferreira foi comunista até ao início dos anos 80, mas, segundo o mesmo, «esses ideais não davam resposta às minhas inquietações, à minha necessidade de insubmissão, de permanente busca do valor supremo da liberdade. Pouco a pouco fui chegando às ideias libertárias, ao anarquismo». Nos poucos momentos de liberdade de que desfrutou pôde frequentar os meios libertários portugueses e internacionais.

O seu nome está associado a várias denúncias e processos judiciais envolvendo mortes suspeitas de reclusos e actividades ilícitas de funcionários e directores carcerários. Colaborou com associações de defesa dos direitos dos reclusos e denunciou diversas violações dos direitos humanos e corrupções. Por isso, a sua permanência dentro da prisão implica um risco constante para a sua vida, porque desde há muito

recebe recorrentes ameaças de morte e sofre terríveis castigos.

Actualmente, António cumpre uma pena desde 1994 por alegado sequestro de um empresário mafioso e está sujeito à arbitrária e infundada classificação de “preso perigoso” atribuída pela Direcção de Serviços Prisionais. Além disso, sofre uma “pena perpétua” encapotada, uma vez que lhe é negado o cúmulo jurídico das suas penas (acumulação das penas para que o total nunca ultrapasse o limite máximo legal de 25 anos) e lhe é recusado continuamente, sem motivo, o direito a saídas precárias e à liberdade condicional.

Nos últimos meses, António voltou a ser objecto de repressão praticada pelas autoridades prisionais, dando origem a demonstrações de solidariedade dentro e fora das fronteiras portuguesas.

No dia 28 de Setembro, a direcção da prisão de Pinheiro da Cruz ordenou a transferência de António para uma nova cela, onde não há direito a uma luz de leitura e onde os chuveiros não têm separação, obrigando os presos a tomar banho sem privacidade. António recusou esta transferência e como castigo foi transferido para o pavilhão de segurança, sob o regime 111, submetido à prisão dentro da prisão, isolado de toda a gente, sem qualquer objecto pessoal, encerrado numa cela diminuta, com direito a uma só hora de pátio num espaço mais pequeno que a própria cela coberto com uma grade.

Como protesto, António entrou em greve de silêncio, de sede e de fome. Imediatamente, iniciou-se uma campanha de solidariedade que mais uma vez ultrapassou as fronteiras portuguesas. No dia 3 de Outubro teve lugar uma concentração em frente da isolada prisão de Pinheiro da Cruz. No dia 8 de Outubro, realizou-se uma concentração de solidariedade na Embaixada Portuguesa em Roma. No dia 4 de Novembro, em Barcelona, um acto cultural promovido pela Embaixada Portuguesa foi boicotado em solidariedade com António. Muitas cartas, e-mails, faxes e telefonemas de solidariedade chegaram às instituições do Estado exigindo o cumprimento das reivindicações de António Ferreira.

No dia 9 de Novembro, António Ferreira saiu do isolamento no pavilhão de segurança. António regressou ao regime normal e à “nova” cela que lhe tinham destinado, porque a direcção da prisão cedeu às suas principais exigências e prometeu que será transferido em breve para outro estabelecimento prisional, tal como é seu desejo. Durante este mês e meio, António esteve 5 dias em greve de sede, 14 em greve de fome e 8 dias em greve de silêncio.

As pessoas solidárias com António Ferreira demonstraram uma vez mais às autoridades prisionais que António Ferreira, por mais que o tentem calar, não está nem nunca estará só.



Contra a ilegalização da FAU-Berlim: Solidariedade sem fronteiras!

Nos dias 29 e 30 de Janeiro, respondendo a um apelo da FAU (Freie Arbeiterinnen und Arbeiter Union – secção da AIT na Alemanha), realizaram-se acções de protesto e solidariedade em pelo menos 52 cidades de 20 países, um pouco por todo o mundo, contra a sentença que ilegaliza o sindicato de Berlim desta organização anarco-sindicalista. As secções da AIT envolveram-se activamente nesta luta, continuando a realizar protestos enquanto a sentença não for revogada, demonstrando que uma agressão a um anarco-sindicalista é uma agressão a todos os anarco-sindicalistas.

Em Portugal, a secção portuguesa da Associação Internacional d@s Trabalhador@s desenvolveu vários actos de protesto junto de interesses e iniciativas do Estado alemão: na manhã de 29 de Janeiro foi entregue uma carta de protesto na embaixada da Alemanha em Lisboa, mais tarde foi distribuído um comunicado informativo à porta do Ciclo de Cinema de Expressão Alemã, realizado pelo Instituto Goethe (embaixada cultural da Alemanha) no Cinema São Jorge, em Lisboa; no dia 19 de Fevereiro – véspera de uma manifestação de protesto realizada pela FAU em Berlim – realizou-se uma concentração e distribuição de comunicados junto da Embaixada da Alemanha em Lisboa; no dia 24 de Fevereiro, o Sindicato de Ofícios Vários da AIT-SP realizou uma acção de solidariedade e informação pública em frente ao Consulado da Alemanha no Porto.

Numa secção especial da página web da FAU podem encontrar-se relatos dos protestos e informação actualizada sobre esta luta: www.fau.org/verbot/en/ (em inglês).

Texto do comunicado distribuído:

Não à ilegalização da FAU-Berlim!

No dia 11 de Dezembro de 2009, com o objectivo de atacar a liberdade sindical e o direito dos trabalhadores e trabalhadoras se auto-organizarem de forma independente, foi emitida uma sentença judicial proibindo a actividade sindical da FAU-Berlim, sindicato berlinense da FAU, filiada na Associação Internacional dos Trabalhadores, a organização internacional de sindicatos anarco-sindicalistas.

Esta sentença teve origem no conflito que a FAU-Berlim e a sua secção sindical mantém desde Junho de 2009 com o cinema Babylon, o único cinema semi-privado de Berlim. Desde essa altura, os trabalhadores do Babylon vêm lutando por um contrato colectivo de trabalho. Apesar deste cinema ser financiado com subsídios públicos, os seus trabalhadores recebem salários de miséria e não vêm os seus direitos laborais serem respeitados. Uma parte importante dos trabalhadores organizou-se na FAU-Berlim. A utilização pelos trabalhadores dos métodos e meios de acção próprios do anarco-sindicalismo, um boicote muito eficiente e presente nos meios

de comunicação, reivindicações inovadoras e de grande alcance, assim como a participação dos próprios trabalhadores na decisão sobre as suas reivindicações e formas de luta a adoptar (algo muito pouco habitual na Alemanha), tiveram uma grande repercussão na opinião pública, não só na capital, mas por todo o país.

Quando a pressão exercida aumentou ao ponto de os gerentes do cinema não poderem continuar a negar-se a negociar, deu-se a intervenção não só de políticos, como também do sindicato Ver.di (sindicato alemão filiado na central sindical DGB – Confederação de Sindicatos Alemães, de tendência centralista e estatal) que, sem possuir qualquer tipo de representação na empresa, iniciou negociações com o conselho directivo do cinema Babylon. Os trabalhadores, apesar dos seus protestos, foram excluídos das negociações.

Hoje sabe-se que, por detrás das negociações, houve um pacto estabelecido entre os partidos políticos do governo de Berlim, o sindicato Ver.di e o conselho directivo do cinema Babylon para tirar a FAU-Berlim do assunto e acalmar a situação. Mas, apesar de tudo, os trabalhadores e a FAU recusaram-se a ser silenciados. A empresa reagiu com vários ataques jurídicos e o Ver.di com uma campanha de desprestígio contra a FAU. Primeiro, os boicotes – uma das principais formas de pressão utilizadas pela FAU-Berlim – foram proibidos por ordem judicial e colocou-se em dúvida a “capacidade para negociar acordos” da FAU (na Alemanha este é um pré-requisito para poder legalmente protagonizar lutas sindicais). Ao mesmo tempo, foram movidos outros processos em tribunal contra a FAU relacionados com a liberdade de expressão. Mas a FAU não se deixou amedrontar, o que levou a esta sentença do tribunal, que basicamente ilegaliza a FAU enquanto sindicato.

A decisão judicial é especialmente escandalosa pelo facto de ser proferida num processo sumário, sem qualquer possibilidade de defesa. Isto deve-se sobretudo à capacidade que, na Alemanha, o poder estatal e os grandes sindicatos, que geralmente colaboram com o patronato, têm para decidir quem pode e quem não pode constituir-se como sindicato.

Os sindicalistas e os trabalhadores em geral tinham, na realidade, mais direitos com o Kaiser no século XIX e nos anos 1920 do que nos tempos actuais! A situação

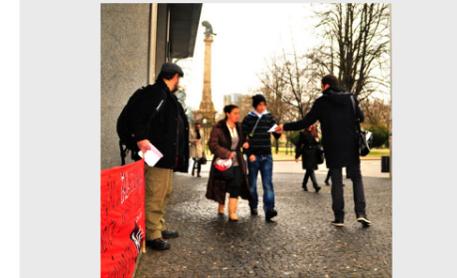
actual na Alemanha é semelhante à da Turquia, por exemplo, onde os sindicatos são ilegalizados com frequência. Na Alemanha, hoje como ontem, e de novo, os anarco-sindicalistas vêm-se ameaçados com uma nova proibição, depois das de 1914 e 1933.

Solidarizemo-nos com a FAU e os trabalhadores em luta na Alemanha! Pelo sindicalismo livre e revolucionário! Pela revogação da sentença que ilegaliza a FAU-Berlim!

AIT – Secção Portuguesa 29/Janeiro/2010



Concentração na Embaixada da Alemanha em Lisboa – 19/02/2010



Acção no Consulado da Alemanha no Porto – 24/02/2010

Há 212 milhões de pessoas sem emprego em todo o mundo



Segundo o relatório Tendências Mundiais do Emprego, divulgado pela Organização Internacional do Trabalho em 26 de Janeiro, o número de desempregados atingiu no ano passado 212 milhões, o que constitui um máximo considerando os valores da última década. Como de costume a “crise” é sempre para os mesmos.

Alastra a pobreza em Portugal, aumentam os lucros dos bancos



Em seis anos o número de pessoas que necessitaram de recorrer ao RSI (Rendimento Social de Inserção) quase duplicou (88 mil famílias em 2004, 152.000 em 2009), o que mostra bem o alastramento da pobreza em Portugal, país em que pelo menos um quinto da população vive praticamente na miséria.

Contrastando violentamente com esta realidade, soube-se agora que quatro dos maiores bancos a operar em Portugal tiveram em 2009 um lucro conjunto igual a nada menos de 4 milhões de euros por dia: Santander Totta, 523 milhões; BES, 522 milhões; BCP, 225 milhões; e BPI, 175 milhões.

A maldade humana chama-se governo e capitalismo O terramoto de Janeiro de 2010 no Haiti*

A 12 de Janeiro de 2010 um terramoto devastou a ilha do Haiti. Mais de 100.000 mortos, milhares de feridos e milhões de pessoas sem casa, sem barracas. Miséria sobre miséria. À pobreza da ilha do Haiti junta-se a acção da natureza.

O determinismo geográfico explica os terramotos e os fenómenos naturais, mas o drama e a tragédia humana, agravados pela acção da Terra, têm a sua causa na acção dos governos colonialistas e locais ao longo da história, que condenaram à miséria e à ditadura o povo do Haiti por ter feito a primeira revolta de escravos em 1804, daí a condenação colonialista das sucessivas potências imperialistas. O povo do Haiti, já castigado desde a conquista por parte da Espanha em 1492, continuou a sê-lo, mais recentemente, pelas ocupações efectuadas pela França e pelos Estados Unidos da América, que deram lugar a ditaduras locais criminosas apoiadas fundamentalmente pelos EUA. O saque, o roubo, a espoliação, a exploração, a injustiça e o assassinato do povo haitiano, pelos governos locais e colonialistas, fez com que seja um dos países mais pobres do mundo e que a sua população viva na miséria.

A natureza, nestas condições, também actuou numa forma injusta, afectou somente os milhões de pobres, aos ricos quase não tocou. A distribuição geográfica das habitações e a qualidade das mesmas, dos pobres e dos ricos, deixava antever que em caso de terramoto quem mais sofreria seria o pobre, o já de si desamparado.

O espectáculo da ajuda humanitária internacional, escassa e mal coordenada, esconde a ocupação militar do Haiti pelos EUA, que o converterá em mais uma colónia, e encobre a responsabilidade histórica da miséria do povo do Haiti, causada pelas potências colonialistas americanas e europeias. Primeiro: ocupar militarmente o país com mão de ferro; segundo: fornecer água e alimentos; terceiro, o mesmo de sempre, o que já é histórico: continuar com a exploração e o roubo do povo do Haiti.

O que é que está a ocorrer no Haiti, para que os governos da América e da Europa só possam entregar alimentos com a ocupação militar? Como viviam milhões de pessoas antes do sismo de Janeiro de 2010, para que agora só seja possível dar ajuda humanitária sob uma grande exibição do poderio militar imperialista? A razão é bem simples: o povo do Haiti, antes do terramoto e depois do mesmo, foi quem enterrou os seus próprios mortos, foi quem procurou sobreviver, foi quem, na miséria e no abandono, conseguiu sobreviver a todas as adversidades, às da natureza e às mais graves e criminosas dos governos e dos colonialistas. É esta cultura de auto-organização e iniciativa da sociedade haitiana que se quer destruir com a ocupação militar, com a mentira de que só se pode dar ajuda humanitária garantindo a segurança, mas a segurança de quem e para quê? Mais uma vez, vamos assistir ao espectáculo dantesco de socorrer um povo para afundá-lo mais na miséria, na

exploração, no roubo e na opressão. Objectivo: manter o princípio de autoridade e de propriedade das elites dirigentes e aristocráticas.

O fim da história não chegou. O ideólogo japonês Fukuyama, que na década de 1990 apregoava o fim da história porque o capitalismo era a culminação social final, viu como em 2009 esse capitalismo se destruiu por si próprio nos seus próprios dejectos, como essa receita filosófica apoiada pelo capitalismo internacional se evidenciava como mais uma montagem publicitária. O sismo do Haiti faz-nos ver, como noutros desastres naturais, que a acção devastadora da natureza só adquire cariz de tragédia humana se se combina com a injustiça e a miséria do capitalismo e dos governos. Se a civilização e a cultura se combinassem com a acção da sociedade e da Terra, numa forma socialmente justa e perseguindo o bem comum, as povoações humanas e as suas construções evitariam a acção devastadora da natureza. Mas então, isto sim, seria o fim, não da história, mas do capitalismo e dos governos. E então leríamos a obra de Eliseu Réclus “O homem e a terra”.

(*) Artigo escrito por José Luís Velasco e publicado no nº364, de Fevereiro de 2010, do jornal “cnt”, órgão da Confederação Nacional do Trabalho, secção espanhola da A.I.T. (traduzido do castelhano por A. Mota).

Liberdade imediata para Amadeu Casellas!

Comunicado distribuído, no passado dia 12 de Novembro, em solidariedade com o preso anarquista Amadeu Casellas, à porta do cinema S. Jorge, em Lisboa, na sessão inaugural do Ciclo de Cinema Espanhol organizado pela Embaixada de Espanha.

Amadeu Casellas Ramon é um militante anarquista espanhol encarcerado há mais de 23 anos por ter tomado parte numa série de assaltos a bancos com o objectivo de financiar lutas anarquistas e operárias na Espanha dos anos 70.

Por denunciar os abusos que ocorrem quotidianamente no interior do sistema prisional espanhol, e que incluem corrupção, violência sobre prisioneiros, mortes em situações pouco claras, assim como casos de tortura, Amadeu, que pertenceu, nos anos 80, à COPEL (Coordenadora de Presos em Luta), tem sido alvo de uma repressão adicional por parte do sistema carcerário, assim como de ameaças frequentes, tendo sido, por diversas vezes, submetido ao chamado “Primeiro Grau”, ou seja, o regime de isolamento, e sujeito a transferências constantes.

Apesar de, segundo a lei espanhola, ele ter direito à libertação imediata, visto que já

foram transcorridos mais de três quartos da pena e que o tempo efectivo de prisão já superou, inclusive, o máximo permitido por lei (20 anos), Amadeu continua detido.

Em face desta situação, Amadeu Casellas tem-se visto forçado a fazer uso, por diversas vezes, da mais drástica forma de protesto a que um preso pode recorrer: a greve de fome. Em 2008, após uma greve de fome que se arrastou durante 77 dias, as autoridades acederam a dar início ao processo de libertação, que passaria por diversas fases até culminar numa saída precária de três dias, durante a qual Amadeu procuraria encontrar trabalho, podendo de seguida solicitar a aplicação do Artigo 100.2, que lhe permitiria uma saída diária para trabalhar, regressando todas as noites à prisão. Seguir-se-ia a esta fase a liberdade condicional. Este processo, contudo, foi bloqueado sem que houvesse para isso uma justificação satisfatória e consistente por parte das autoridades.

Em resposta à repressão sofrida após ter escrito um comunicado em que identificava algumas pessoas envolvidas em casos de corrupção nas prisões catalãs e exigindo a liberdade, Amadeu deu início a uma nova greve de fome, a 15 de Julho deste ano. Esta greve de fome prolongou-se até 21 de Outubro último, terminando por razões de saúde que inviabilizavam, sob risco de vida, o seu prosseguimento.

Apesar de se encontrar bastante magro e enfraquecido, Amadeu está a recuperar bem e demonstra-se disposto a prosseguir, uma vez mais e enquanto for necessário, a luta até conseguir a sua liberdade. Estamos aqui para demonstrar, tal como tantos outros companheiros e companheiras o fizeram em diversas ocasiões, um pouco por todo o mundo, a nossa solidariedade e apoio à luta do anarquista Amadeu Casellas.

Mais informação em:
www.libertatamadeu.blogspot.com

De olhos postos na Grécia

A 24 de Fevereiro, os sindicatos gregos declararam a greve geral. Não se trata propriamente de combater o programa de austeridade do Governo, mas antes de mostrar serviço perante uma classe trabalhadora exasperada e que, se não vir uma resposta às medidas do Governo da parte dos sindicatos oficiais, passará a considerá-los inúteis.

De facto, a ADEDY, confederação sindical dos trabalhadores do sector público, já tinha declarado que aceitaria as medidas do Governo, contando que o impacto das mesmas não recaísse unicamente sobre os trabalhadores desse sector. Quanto ao sector privado, a confederação sindical GSEE, com o seu milhão de membros, declarou, por sua vez, que aceitaria as medidas impostas apesar de duras “na condição de que fossem justas”. Contudo, a greve geral saiu à rua – por um dia. À falta de uma vontade real de lutar, na Grécia como em Portugal, é preciso, pelo menos, fingir que se luta.

Um sindicato reformista não foi feito para lidar com o género de situação que a Grécia enfrenta. O seu papel resume-se apenas a contestar aquilo que pode ser contestado, aceitando a existência do sistema enquanto um todo e operando na obediência das suas regras. A lógica interna do capitalismo e as suas necessidades prementes, como este reajuste de chofre das contas públicas, não podem ser postas em causa, pelo que esta luta extravasa em muito as competências da burocracia sindical grega. Contudo, os sindicatos sabem muito bem que, se não se mexerem, arriscam-se a perder toda a influência de que ainda dispõem.

Do lado do Governo, as pressões são enormes: as agências de rating, agora tão

em voga, o capital financeiro e a própria União Europeia, todos exigem um corte na dívida pública, dos actuais 12,7% para os 3% do PIB previstos no Pacto de Estabilidade e Crescimento, e isto até 2012. Um corte brutal que, nas palavras do Primeiro-Ministro grego, Georgios Papandreu, “vai fazer sangue”. É a própria capacidade do Estado Grego se financiar que está em causa



e, quem sabe, talvez também a própria continuidade da permanência deste país na Zona Euro, assim como a presente integração do capitalismo grego no mercado único europeu. É todo um modelo de desenvolvimento capitalista que se vê ameaçado e a classe dominante sabe que não pode falhar. É preciso impor estas medidas, a todo o custo! Para a UE, é preciso dar garantias aos mercados financeiros porque, atrás da Grécia, vêm os

restantes PIIGS, sigla que o economês emprega, de forma pouco elogiosa, para designar os países mais pobres da Europa ocidental e que, além da Grécia, incluem a Itália, a Irlanda, a Espanha e Portugal. Em breve, todos estes países se poderão ver a braços com uma situação semelhante à grega e, após a crise do *subprime*, o mundo pode muito bem mergulhar de cabeça numa crise dos fundos soberanos, à medida que os governos, crivados de dívidas pelos seus pacotes anti-crise, deixarem de as conseguir pagar. Além disso, se a União Europeia não mostrar que consegue controlar este problema, é a própria moeda única que fica posta em causa. Portanto, mais uma vez, não se admitem falhas e a Grécia servirá de balão de ensaio para o que aí vem. O único entrave a estes planos reside no povo grego e na sua grande combatividade social. As medidas do Governo, o aumento da idade de reforma para os 67 anos, a subida dos impostos, os cortes profundos nos serviços sociais e congelamento ou mesmo

redução nos salários no sector público, mas também no sector privado, com a convivência sindical, não serão aceites pacificamente, como já se pôde ver e resta saber até onde chegará a capacidade de luta da classe trabalhadora grega e quais serão as consequências finais de tudo isto, que podem ser bastante profundas.

José Trindade
Março de 2010

Trabalho escravo II

A representante da instituição e monitora do estágio foi ao longo do tempo dizendo para eu não procurar trabalho porque, sendo o estágio de apoio à colocação, eu “teria ali o meu futuro” e também as “portas abertas”, isto a partir da colocação de outra colega em Outubro que se encontrava nas mesmas condições que eu por ter uma deficiência física.

O Intermarché, por seu lado, tendo-me a trabalhar de borla (pois era a RUMO que me pagava por mês 122 euros), chegando aos três últimos dias do estágio informou a monitora do estágio que não me podiam contratar (não tinham nada a dizer do meu trabalho, mas...).

Palpita-me que a informação da minha “demissão” (digo assim porque eu não era de facto funcionário da loja, mas sim da RUMO por assim dizer) estaria já há muito decidida porque desde há muito que me foi dito pela dita monitora que teria de esperar

pela decisão de ficar ou ir embora até à data limite do estágio.

Claro que já se sabe que nestas situações, depois dos estágios é rua na certa, pois nada há de garantido e trabalha-se só o tempo que se estagiar, e no meu caso trabalha-se e de borla com a promessa de integração social e laboral, e tudo para ajudar pessoas portadoras de várias deficiências e muitas delas graves.

Tudo isto para ajudar e ser “solidário” como só a RUMO soube fazer, ela que mais do que o Intermarché é a responsável por esta situação vergonhosa que se resume à exploração laboral e mais grave que tudo: de pessoas portadoras de deficiências.

Há que denunciar esta instituição e também a loja Intermarché por fazerem trabalhar de borla pessoas com as mais diversas incapacidades.

Miguel Libertad

Globalização, crise



A transformação e adaptação ao meio sócio-político caracteriza uma classe que ao longo do tempo (história) construiu uma malha ou um esquema de duas faces de actuação e afirmação que lhe garante o poder e o privilégio.

A evolução tecnológica e científica constrói condições de perfeita alienação social e comercial, o consumo de que muito se fala nunca foi tão próspero como agora dizem, as migrações humanas estão no seu auge, em busca de mercado de trabalho, o bendito trabalho apregoado como um direito, mas que trabalho?

O trabalho que satisfaz e concretiza o indivíduo na aplicação do saber e do fazer, ou o trabalho que escraviza o indivíduo retirando-lhe a satisfação do saber fazer em prol do lucro de um patrão cada vez mais global e que se esconde na burocracia ou se faz representar por marionetas do poder – as figuras que querem manter ou adquirir o estatuto de chefe?

Os monárquicos e nós

Recentemente os monárquicos assinalaram os 102 anos do assassinato do rei D. Carlos e do príncipe herdeiro. Dando novamente ar da sua graça, estes senhores propuseram novamente a alteração da constituição para que esta permita a restauração da monarquia em Portugal.

Patético e irrealista, este movimento é tão reaccionário como o fascista e nem nos tempos de crise política e, a meu ver, de regime, a monarquia pode ser um projecto para o país.

Desde há muito que os monárquicos se querem constituir em força governante, e as suas tentativas mesmo nos tempos de oposição ao Estado Novo não seduziram ninguém, mesmo no âmbito do derrube da ditadura.

Agora, ainda pior: uma proposta monárquica não atrai, mesmo em tempo de descrédito no sistema político-partidário, quem quer que seja, antes se torna patética.

A monarquia não é solução nem parte de um projecto alternativo ao actual sistema, antes seria um retrocesso anti-progressista que destruiria o que foi conseguido em termos sociais pelas revoluções de tipo

A crise do emprego e dos números do desemprego ou a falta de trabalho assalariado são uma camuflagem para situações que perpetuam o desequilíbrio social e económico, mantêm a falsa necessidade de que é preciso um patrão, um Estado, uma tutela que governe tudo e todos.

Dadas as circunstâncias geopolíticas actuais é relevante o poder bélico como forma de pressão social e de extermínio em massa em benefício de uma sociedade que se afunda no lixo tecnológico e na poluição.

A massa social em estado de torrefacção capitalista garante o lucro futuro dos bancos e dos privilégios da casta política mutante.

Quando existe uma possibilidade social de autonomia intelectual e produtiva que escapa ao lucro do capital e dos senhores do Estado, o medo, o conflito, o ódio, são habilmente fomentados e instalados, a população é sugestionada por diversos meios físicos e psíquicos, no pânico surgem como faróis que vão conduzir as pessoas à escravatura democrata que substitui a grilhetta grega pelo crédito e pela necessidade de produtos descartáveis, baratos na produção cada vez mais centrada a Oriente.

A massificação da indústria no Oriente acentua a agressão da poluição ao planeta Terra contribuindo para um futuro em que só alguns vão ter oxigénio para respirar.

progressista que operaram em Portugal no século xx, e onde aliás os anarquistas tiveram algum papel a desempenhar.

No entanto e apesar da classificação de utopia atribuída ao anarquismo, nós temos um projecto social, que este sim alteraria profundamente as fundações do que é actualmente um problema para o país: o sistema político.

Longe de propor a substituição da democracia republicana pela monárquica, e ainda pior, pela figura do rei criar um sistema retrógrado e autoritário, dando assim uma volta atrás e não para a frente, os anarquistas desejam destruir os alicerces de todo e qualquer sistema político, e têm como projecto a alteração pela base do sistema social e económico baseado na gestão directa do que é produzido e pela gestão dos meios de trabalho.

Isto sim! Vivendo numa sociedade industrial e economicamente progressista, autogerindo-se através de uma sociedade federalista e descentralizada, tanto através da federação das fábricas e empresas ligadas por ramo igual de actividade, como nas comunas autónomas geridas conforme as

Que credibilidade pode ter uma casta que ao longo do tempo destrói e atenta contra a humanidade e contra o planeta, gente que gosta do poder e que enjeita a sociedade?

A democracia como um palco para políticos de longa duração, que quando se fartarem da democracia serão os primeiros a promover outra necessidade de gestão social para manter a ilusão social e o poder.

A história nas suas múltiplas facetas assim o demonstra, o poder corrompe e permite a exploração de pessoas.

Quando os operadores de *call center* forem substituídos por programas informáticos e dispositivos electrónicos, apenas restará ir passar cabos e fazer as ligações enquanto ainda existem cabos, porque mesmo esses estão por um fio...

Quando as caixas de supermercado não precisarem de operador, quando a cidade for tão hermética que os edifícios passem a ter sistemas de auto-limpeza...

Como irão os capitalistas e governos dos Estados manter o lucro fácil como até agora?

Será que já estão a pôr em prática dinâmicas subtis de controle e de extermínio da população mundial, só para garantirem o futuro?

Resta a reflexão sobre o resultado prático da contestação global a nível laboral, ecológico, social: quem lucra sempre, quem é explorado.

Como se mantêm estes padrões (ladrões) sociais ao longo da história, até ao homo sapiens sapiens?

AA, 18-1-2010

necessidades e desejos de quem nelas vive, formando uma federação no país e através da verdadeira liberdade decisória que são as assembleias locais das comunas e das indústrias e meios de produção.

Este exemplo de federalismo é sim um exemplo a ser estudado e aprofundado por quem deseja uma mudança real e um projecto que corte pela raiz e de forma profunda e mais realista o que está actualmente.

Este sim! Um projecto a considerar e já com muitas provas teóricas e práticas dadas, não com formas milagrosas ou definitivas, mas sem dúvida uma proposta para andar para a frente e não como os monárquicos desejam: andar para trás e voltar a subjugar através da coroa em vez da senhora república, esta que já está gasta, prestes a comemorar cem anos, e que desde o século vinte até agora e após muitos regimes autoritários para se travestir, só deu provas da subjugação mais ou menos liberal do ser humano e precisa de ser destruída, o que só se consegue através de uma profunda revolução social anti-política que seja também economicamente libertadora e destruidora de todas as formas estatais, incluindo a monarquia.

Rui Castro



Desemprego

Além das mezinhas habituais que os gabinetes de estatística costumam usar para camuflar o desemprego, seja aqui, na Alemanha, ou nos EUA – que, por um milagre qualquer, tem sempre uma taxa de desemprego que é metade da dos seus vizinhos canadianos – temos a registar o escândalo recente, aliás rapidamente soterrado, de se ter descoberto com estranheza que, em vésperas de eleições, o IEFP(*) fazia cortes no número de desempregados inscritos praticamente ao mesmo ritmo com que as novas inscrições entravam e recusava-se a explicar porquê (em Junho último a tesourada nas inscrições abrangeu 45.500 inscritos, permitindo isso que a variação na taxa de desemprego face ao mês anterior fosse de apenas... 0,1%, ou seja, praticamente nada). É estranho, não é? É estranho e é tão português... Isso e o facto de o INE(*) ter deixado de divulgar o chamado *Desemprego Corrigido*, que conta com os *inactivos* disponíveis e o *subemprego visível*, categorias de pessoas desempregadas ou subempregadas criadas à parte para pouco mais do que poderem ser subtraídas ao desemprego “oficial”. O pretexto? Simplesmente que os seus congéneres europeus também já não o faziam...

Outro termo entre aspas: “Recuperação”. Ora, “Recuperação” à parte, e apesar da mesma estar a ocorrer mais rapidamente em Portugal do que na União Europeia enquanto um todo, o desemprego cresce na ocidental praia lusitana a um ritmo bem superior ao desta última – por vezes o dobro, como no terceiro trimestre deste ano face ao anterior (0,5% de variação homóloga na UE para 1,1% em Portugal, o que se traduz em cerca de 59.000 postos de trabalho perdidos), segundo o Eurostat. A nova Ministra do Trabalho, recrutada entre as fileiras da burocracia reinante na confederação sindical mais afim ao partido no poder (para não lhe chamar correia de transmissão sindical, termo bem mais próximo da realidade), declara, contudo, que segue a situação “com muita atenção”, pelo que já podemos, todos e todas, dormir muito mais descansados, e isto apesar de (em Maio último) 38% dos inscritos nesse Instituto do Emprego onde, como já vimos, as fichas de inscrição têm uma estranha tendência para desaparecerem misteriosamente, não estarem a receber rigorosamente nenhuma prestação social. As culpas? Atribuem-nas ao desemprego de

longa duração, que se prolonga para além do esgotamento do nosso somítico subsídio de desemprego e o impacto do desemprego entre os jovens, que, ou não fizeram descontos suficientes, por terem trabalhado pouco tempo (a desculpa oficial) ou, sobretudo, por se terem visto apanhados nas malhas do recibo verde ou de um contrato de trabalho precário. Aliás, os poucos empregos que vão aparecendo são quase sempre precários (e, pelos números oficiais, cerca de 20% da população activa trabalha actualmente com um vínculo precário, número que não fará senão subir, nos próximos tempos) e são também os precários os primeiros trabalhadores a verem-se despedidos.

Por seu turno, a vaga de despedimentos colectivos continua, com 4.213 trabalhadores despedidos até Novembro último e mais 10.509 com o processo de despedimento em curso, metade dos quais no Norte do país, com 5.086 postos de trabalho ameaçados, seguindo-se-lhe Lisboa, com 4.251. Em relação aos números registados ao longo do ano de 2008, temos aqui um aumento de 41%, número em linha com o aumento do número de falências, que subiu 50% no último ano, à medida que o esfarrapado tecido produtivo nacional vai deixando de ter forças para se aguentar e se desmorona numa espiral de insolvências que é fruto, tanto das suas próprias debilidades internas, como da crise financeira gerada lá fora e da consequente contracção das exportações, fenómeno que atinge particularmente os têxteis, o vestuário e a indústria do calçado. As velhas indústrias da miséria desaparecem para não serem substituídas por coisa nenhuma; o desemprego dos operários e operárias, esse, veio para ficar.

As perspectivas não são boas, com a taxa de desemprego a galgar em Outubro último a barreira dos 10% e a atingir o seu valor mais alto desde 1983 – quando o Estado começou a dar-se ao trabalho de compilar estas estatísticas – e a posicionar-se num honroso quarto lugar no ranking europeu, só com a Espanha (19,3%), a Irlanda (12,8%) e a Eslováquia (12,2%) à frente. No decurso do ano que começa agora, espera-se mais um sangramento de 65 mil (segundo o Banco de Portugal) no número daqueles que, pelo menos, ainda podem dizer que têm trabalho – porque poder dizer que o que se ganha dá para viver já é outra história completamente diferente – com o número

de desempregados a subir para os 600 mil, no contexto de um crescimento económico classificado entre o *anémico* e o *praticamente nulo* que há-de manter-se durante anos (pelo menos até 2017, segundo o FMI) mas onde, apesar disso, os lucros das empresas aumentarão devido “a uma evolução mais favorável da produtividade”, causada sobretudo pelo embaratecimento da força de trabalho, fruto de um desemprego tornado estrutural. Se não servir para mais nada, a crise serve, pelo menos, para dobrar os trabalhadores, mesmo que o seu espírito de luta já não seja propriamente grande coisa, como bem sabemos, e até o miserável aumento de um salário mínimo – que, para manter o poder de compra que tinha em 1975, quando foi estabelecido, teria que subir para os 560€, em vez dos 450€ que o nosso bondoso e caridoso governo “socialista” promete para este ano – acabou posto em causa pelas associações patronais, que, para variar, prometeram uma hecatombe económica caso os seus interesses não fossem atendidos.

Se arranjar trabalho é difícil agora, não se tornará mais fácil no futuro próximo. Se o salário não dá para viver agora, também não dará para viver daqui a uns anos. O que fazer? Uma alma piedosa dá a deixa: emigrem. Se formos menos, a taxa do desemprego sempre baixa. *Quod erat demonstrandum*. Aí está a resposta do Capital para os nossos problemas: vão embora, aqui não têm futuro. Não temos NADA para vocês e, mesmo que tivéssemos, a nossa vontade de o partilhar convosco é menos que nenhuma. Não há nada para a nossa geração, nem para as que nos hão-de seguir. Sob o capitalismo, o que nos espera é trabalhosos cada vez mais, a troco de cada vez menos e com cada vez menos direitos e podemos ficar seguros de que não há ninguém para nos defender senão nós próprios, mas pôr as coisas nestes termos já é dar um início de resposta ao problema: a acção directa dos trabalhadores e trabalhadoras enquanto único meio de defesa de classe e a revolução social enquanto objectivo derradeiro, ou seja, os métodos e os objectivos dos anarcosindicalistas.

José Trindade
Janeiro de 2010

(*) IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional; INE – Instituto Nacional de Estatística.